

Os Desafios Da Segurança Pública Em Campos Dos Goytacazes: Uma Investigação Empírica Nos Conjuntos Habitacionais do Programa “Morar Feliz”.

Ana Carla de Oliveira Pinheiro¹

RESUMO

Este artigo discute alguns dos resultados da pesquisa "A Formação de “Novos Territórios Urbanos” e o Acesso ao Mercado de Trabalho: Efeitos da aquisição habitacional sobre o processo segregação/integração social e espacial em conjuntos habitacionais de interesse social” no que se refere aos padrões de sociabilidade construídos nos espaços dos conjuntos, tomando estes como elementos explicativos do aumento da sensação de (in) segurança e da violência nos conjuntos, fato observado como efeitos da segregação socioespacial percebidos nessas localidades. Os resultados alcançados demonstram que o programa Morar Feliz tem promovido o assentamento e reassentamento de seus beneficiários em ambientes já fragilizados pela pobreza, sendo, os moradores dos conjuntos habitacionais, acusados de efeitos regressivos na qualidade de vida, tais como: aumento da criminalidade, escassez de transporte, aumento no consumo de água, levando ao desabastecimento, entre outras questões que, claramente, são responsabilidades de um programa mal planejado pela municipalidade.

Palavras-chave: programa Morar Feliz, segregação socioespacial, sociabilidade, segurança pública.

¹ Doutoranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Mestre em Sociologia Política pela mesma instituição, bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Endereço eletrônico: anacarlaopinheiro@gmail.com.

Introdução

Tem se intensificado a percepção de que a criminalidade violenta tem aumentado na cidade de Campos dos Goytacazes, em especial nas regiões periféricas, dentre elas os conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz. É neste sentido que propõe-se neste artigo uma reflexão sobre algumas questões relevantes para pensar o problema, dentre os quais os processos de sociabilidade, administração de conflitos e o contato com crimes tipo homicídios e o comércio varejista de drogas.

Desde já, cabe o esclarecimento de que neste ensaio estão contidos apontamentos preliminares, tendo em vista que seu escopo mais amplo é uma tese de doutoramento, cuja pesquisa ainda se encontra em fase muito inicial. No entanto, os argumentos que ele apresenta são oriundos de uma breve pesquisa bibliográfica básica e dos resultados parciais da pesquisa de survey “Novos Territórios Urbanos²”, da qual participei no primeiro semestre de 2013.

No espaço deste artigo, discorre-se sobre as alterações no processo de sociabilidade produzidas nos conjuntos, bem como, a tentativa de analisar a política de segurança do município de Campos pensada para estes espaços. Em termos estruturais, o texto se divide em dois tópicos. O primeiro trata de situar o leitor sobre o espaço que está sendo observado e pensado, ou seja, o programa Morar Feliz que é analisado pelos conceitos de segregação socioespacial, neste momento em que são indicadas as principais características como política habitacional da cidade de Campos.

²Essa foi a pesquisa quantitativa denominada “A Formação de “Novos Territórios Urbanos” e o Acesso ao Mercado de Trabalho: Efeitos da aquisição habitacional sobre o processo segregação/integração social e espacial em conjuntos habitacionais de interesse social”, que analisou os efeitos do “Morar Feliz” em sua capacidade de romper com o processo de segregação social das famílias de baixa renda. Essa pesquisa resultou num rico banco de dados formado por entrevistas realizadas com 643 pessoas, moradores dos conjuntos habitacionais e com moradores do entorno desses conjuntos, por meio de um questionário estruturado contendo dez módulos que contemplou questões importantes que vão de informações socioeconômicas à manifestação de sociabilidades e ordenamento social, cujos dados estão disponíveis para estudo

A segunda parte, de modo mais detido, trata teoricamente da questão da violência e analisa as ações (ou inação) das propostas do município para tratar a questão nos novos espaços criados a partir da implantação dos conjuntos. A pesquisa a ser realizada é de natureza qualitativa, e redonda de parte dos resultados do survey supracitado.

1 - Um lugar para se pensar: o programa habitacional “Morar Feliz”

No que se refere aos processos de sociabilidade nos conjuntos do Morar Feliz, os resultados preliminares do survey apontaram que o processo de remoção das pessoas para os conjuntos habitacionais remodelou não somente o traçado urbano, mas também as relações dos assentados, tanto no interior dos conjuntos quanto com a vizinhança do entorno deles. Por isso, chamar essas localidades, formadas pelos conjuntos, de “novos territórios urbanos” é dar atenção ao fato de que poucos estudos tem compreendido essas áreas como espaços em que estão ocorrendo novas maneiras de formação e conformação das relações sociais, fruto de processos sociais que reforçam a segregação social, permitindo a formação de territórios que são evitados por outros moradores e que estimulam uma percepção entre estes moradores de não pertencimento àquele lugar e, às vezes, à própria cidade.

Campos dos Goytacazes é uma cidade de médio porte que passa por importantes transformações sociais, políticas e econômicas, em razão do novo ciclo econômico promovido pela exploração petrolífera. Conseqüentemente, novas realidades tem se constituído no campo social e requerido a ação pública para geri-las.

Em razão dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo, algumas políticas foram impulsionadas pelos financiamentos propiciados por essa fonte, dentre elas, um dos maiores programas municipais de habitação, com recursos próprios, dirigidos à população de baixa renda, chamado “Morar Feliz”, que vem sendo implementado na cidade desde o ano de 2009.

O Programa “Morar Feliz” tem por meta construir 10 mil unidades habitacionais com o objetivo, segundo a justificativa oficial, de permitir a inclusão à cidade de uma parcela da população de baixa renda que vive às margens de rodovias e área de risco social e geológico. Até o momento da pesquisa, haviam sido construídos 11 conjuntos com a entrega de 5.400 unidades habitacionais³.

Campos dos Goytacazes é uma cidade de médio porte que passa por importantes transformações sociais, políticas e econômicas, em razão do novo ciclo econômico promovido pela exploração petrolífera. Conseqüentemente, novas realidades tem se constituído no campo social e requerido a ação pública para geri-las.

Em razão dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo, algumas políticas foram impulsionadas pelos financiamentos propiciados por essa fonte, dentre elas, um dos maiores programas municipais de habitação, com recursos próprios, dirigidos à população de baixa renda, chamado “Morar Feliz”, que vem sendo implementado na cidade desde o ano de 2009.

O Programa “Morar Feliz” tem por meta construir 10 mil unidades habitacionais com o objetivo, segundo a justificativa oficial, de permitir a inclusão à cidade de uma parcela da população de baixa renda que vive às margens de rodovias e área de risco social e geológico. Até o momento da pesquisa, foram construídos 11⁴ conjuntos com a entrega de 5.400 unidades habitacionais.

O programa ganhou visibilidade nacional após ter ganhado prêmio Selo de Mérito 2013⁵, além de ter, evidentemente, contribuído para a reeleição da prefeita no pleito eleitoral de 2012. Por isso, em Campos, ele é um importante produto político para os atores políticos locais tendo em vista seus ganhos sociais, políticos e eleitorais.

³ Dados referentes ao período de realização da pesquisa, a saber, fevereiro a abril de 2013.

⁴ Na época da pesquisa haviam sido implantados 11 conjuntos, Santa Rosa, Parque Prazeres I, Parque Prazeres II, Eldorado I, Eldorado II, Penha, Novo Jockey, Lagoa das Pedras, Parque Aldeia, Tapera I e Tapera II. Dos quais foi excluído somente o conjunto de Lagoa das Pedras devido ao tamanho da amostra e por razões orçamentárias e de tempo. Atualmente, há um total de quinze conjuntos finalizados.

⁵ Premiação ocorrida em maio deste ano, o prêmio Selo de Mérito 2013 é concedido pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC), e o programa venceu na categoria Relevância Social e Grande Impacto Regional.

Mas, embora o programa tenha contribuído, em termos estruturais, para a melhoria das condições habitacionais a população de baixa renda, isso não acarretou necessariamente numa melhora das condições de vida dos assentados, já que, a mudança para esses novos espaços, caracterizando uma transformação nos modos de convivência, o que refletido no agravamento dos aspectos sociais referentes ao fenômeno da segregação espacial, sobretudo porque, “a lógica imposta pelo Programa Morar Feliz tem repetido o erro já demonstrado em inúmeros assentamentos de populações de baixa renda construídos pelo país, ou seja, tem promovido a construção de conjuntos habitacionais em locais longe dos centros urbanos, em bairros já segregados socialmente e espacialmente, quase sempre bairros marcados pela carência de serviços e equipamentos urbanos” (AZEVEDO, et all, 2013, p. 6).

Em Campos, por meio do “Programa Morar Feliz” é possível analisar a intervenção estatal na dinâmica espacial e na conformação de novos territórios sociais, e seus efeitos sobre o fenômeno da violência urbana e criminalidade violenta, e, neste sentido, caracterizar os padrões de sociabilidade estabelecidos nos conjuntos habitacionais, entre os moradores do conjunto e a vizinhança do entorno.

Uma das características presentes nas relações estabelecidas nesses “novos espaços” - físicos e sociais - é um afastamento entre os dois públicos que compõem esses territórios, ou seja, os moradores dos conjuntos e a vizinhança do entorno. Esse é um dado interessante já que se observa não haver grandes distinções, em termos de padrões socioeconômicos entre ambos os segmentos. No entanto, os moradores dos conjuntos são reiteradamente acusados de efeitos regressivos na qualidade de vida, tais como: aumento da criminalidade, escassez de transporte, aumento no consumo de água, levando ao desabastecimento, entre outras questões que, claramente, são deficiências de planejamento do programa e não do público assentado.

Com efeito, todas essas questões permitiram compreender que a constituição desses “novos territórios urbanos” resultou na composição de novas redes sociais e no

estabelecimento de novos laços de sociabilidade no processo de integração dessas pessoas ao novo local de moradia.

Neste sentido, analisar como a política de segurança municipal focaliza estes novos territórios e como tem agido para prevenir e/ou impedir a migração ou instalação da criminalidade violenta nessas localidades tem se mostrado uma questão candente, além disso, confere pertinência ao tema também a experiência pregressa de outro processo de assentamento ocorrido no conjunto habitacional do Matadouro, popularmente conhecido como Portelinha, e estudado por Mamani e Mota (2012). De acordo com os autores, em Matadouro, ocorreu um processo de segregação interna promovido pelo estranhamento entre a população que já convivia no bairro - cujos laços constituíam para eles uma comunidade, no estrito sentido da palavra - ao passo que, os assentados no conjunto e, o que poderíamos chamar, em termos sociológicos de *outsiders*⁶ (ELIAS, 2000), por serem pessoas de outras localidades do município e portadoras de valores e padrões de condutas diferentes daqueles apresentados pela comunidade.

Neste caso, pela relação estabelecida, os assentados do conjunto de prédios do Portelinha representaram, para a população que residia em seu entorno, a inserção do crime e da violência na localidade, reconhecida até então como uma comunidade pacífica. Com isso, eles foram sendo responsabilizados pela deterioração do espaço físico e social da comunidade. O resultado disso, foi o conseqüente distanciamento entre a comunidade da Matadouro e os *outsiders* da Portelinha, caracterizando uma segregação interna entre os moradores do bairro e o conjunto, sendo este último representado como lugar do crime e de favelados.

A exemplo de Mamani e Mota (2005), na pesquisa do doutorado a questão investigada refere-se à *combinação de questões referentes à política de segurança pública [pensada para/pelo município] e uma política habitacional repleta de lacunas quanto a sua execução e acompanhamento* (op. cit. p.1), conforme já indicado. E neste sentido, sustento a tese de que o Estado é um ator relevante para a eliminação ou a reprodução

⁶ Este termo pode ser grosseiramente traduzido como “o de fora”, alguém que não faz parte do grupo.

da segregação socioespacial e, conseqüentemente, o principal agente responsável por reverter seus efeitos sociais por meio de suas intervenções. Considerando aqui a violência como um desses efeitos. Por isso, realizei um estudo, de modo sistemático e aprofundado, dos efeitos produzidos pelos conjuntos habitacionais tanto nos índices de criminalidade violenta, quanto na sensação de (in)segurança produzida pela violência urbana no município, sendo, portanto, uma importante contribuição para a compreensão da complexidade dos efeitos da construção de habitações de interesse social em relação à segregação socioespacial na cidade.

Com efeito, essa é uma preocupação acadêmica concretamente situada na realidade, pois, as questões que estão sendo pontuadas na pesquisa também está contemplada no Plano Municipal de Prevenção à Violência e Criminalidade do Município de Campos dos Goytacazes⁷, que confere robustez às hipóteses levantadas pela pesquisa ao propor o monitoramento dos conjuntos “Morar Feliz” por meio da criação de um grupo de trabalho para construir um programa de prevenção à violência e à criminalidade nos conjuntos habitacionais⁸. E o que depreendemos da fala do ex-coordenador do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que disse em entrevista que:

estão sendo desenvolvidos muitos projetos em nível municipal que contribuem para a segurança pública. Está sendo organizada uma rede social, que precisa de um trabalho completo. Por exemplo, a Secretaria de Obras está construindo as casas populares e realizando ações junto com a Secretaria da Família, mas, se não houver um bom trabalho nesses lugares, daqui a algum tempo o acesso a essas comunidades não será tão fácil como é hoje ... (Plano Municipal de Prevenção à Violência e Criminalidade do Município de Campos dos Goytacazes, 2011, p.64).

Entretanto, apesar da suposta preocupação institucional, sublinhada no relato supracitado, os números obtidos no survey apontaram que 51,2% dos respondentes, ou

⁷ Este plano é resultado de uma pesquisa de diagnóstico realizada pelo Viva Rio, entre os meses de outubro e novembro de 2011, com o objetivo de embasar as ações de segurança pública do município de Campos dos Goytacazes.

⁸ Plano Municipal de Prevenção à Violência e Criminalidade do Município de Campos dos Goytacazes, página 232.

seja, metade da população entrevistada, e moradores dos conjuntos ou do seu entorno, avaliaram a segurança pública como algo regular ou ruim. E, se considerarmos os que disseram “não existir” esse percentual ual ual se eleva para 62,6% dos entrevistados, conforme demonstra a tabela I.

TABELA I

MP.6g - Como avalia a segurança pública (policciamento) da região?

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Não existe	73	11,4	11,4	11,4
Existe e não utiliza	28	4,4	4,4	15,7
Bom	187	29,1	29,1	44,9
Regular	196	30,5	30,5	75,4
Ruim	133	20,7	20,7	96,1
NR	13	2,0	2,0	98,1
NA	3	,5	,5	98,6
NS	9	1,4	1,4	100,0
Total	642	99,8	100,0	
Total	643	100,0		

Fonte: A Formação de “Novos Territórios Urbanos” e o Acesso ao Mercado de Trabalho: Efeitos da aquisição habitacional sobre o processo segregação/integração social e espacial em conjuntos habitacionais de interesse social”, 2013.

A partir deste dado é possível inferir que os controles sociais formais, exercidos pelos agentes de segurança, são deficientes - ou não qualificados – nestes espaços bem como, indica a falta de proximidade entre esses agentes e a comunidade, viabilizada por estratégias como o policiamento comunitário, e que são diretrizes do Programa Nacional Segurança com Cidadania (PRONASCI)⁹, programa ao qual o município se conveniou.

⁹ Programa federal de segurança pública, implementado no ano de 2007 pelo Ministério da Justiça, no qual, segundo os documentos institucionais, estão conjugadas ações repressivas e ações preventivas no

De modo mais preciso as tabelas II e III apresentam os percentuais de pessoas que disseram se sentirem inseguras em diferentes períodos do dia. Nessas tabelas observamos que 24,1% dos entrevistados sentem-se inseguros em suas comunidades, sendo esse índice elevado para 50,4% se o período for a noite.

Tabela IV

CS.20 - Como você se sente ao andar de dia nas ruas do seu bairro ou vizinhança?

	Frequência	Porcentua l	Porcentagem válido	Porcentual acumulado
Muito seguro (a)	75	11,7	11,7	11,7
Seguro (a)	276	42,9	42,9	54,6
Nem seguro (a), nem inseguro (a)	128	19,9	19,9	74,5
Inseguro	123	19,1	19,1	93,6
Muito inseguro	32	5,0	5,0	98,6
NR	3	,5	,5	99,1
NS	6	,9	,9	100,0
Total	643	100,0	100,0	

Fonte: A Formação de “Novos Territórios Urbanos” e o Acesso ao Mercado de Trabalho: Efeitos da aquisição habitacional sobre o processo segregação/integração social e espacial em conjuntos habitacionais de interesse social”, 2013.

TABELA II

sentido de combater e prevenir a violência nos estados e municípios. O programa foi composto por um conjunto de 94 ações, às quais, estados e municípios se conveneram voluntariamente, em respeito ao pacto federativo, àquelas que consideravam mais adequadas às suas necessidades e demandas locais. Oficialmente, o PRONASCI finalizou suas ações no ano de 2012.

CS.21 -Como você se sente ao andar à noite nas ruas do seu bairro ou vizinhança?

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Porcentual acumulado
Muito seguro (a)	39	6,1	6,1	6,1
Seguro (a)	156	24,3	24,3	30,3
Nem seguro (a), nem inseguro (a)	103	16,0	16,0	46,3
Inseguro	193	30,0	30,0	76,4
Muito inseguro	131	20,4	20,4	96,7
NR	9	1,4	1,4	98,1
NS	12	1,9	1,9	100,0
Total	643	100,0	100,0	

Fonte: A Formação de “Novos Territórios Urbanos” e o Acesso ao Mercado de Trabalho: Efeitos da aquisição habitacional sobre o processo segregação/integração social e espacial em conjuntos habitacionais de interesse social”, 2013.

A partir desses dados é possível captar, minimamente, a sensação de (in)segurança que as pessoas exibem nos espaços dos conjuntos; nos permitindo pensar, adicionalmente, que esta percepção se eleva se entrevistamos pessoas não residentes dessas localidades, mas que tem contato com esse sentimento por meio da mídia e outros meios. E neste sentido, provocar o poder público municipal a atuar na direção de eliminar as falhas da política de habitação e, ou minimizar os efeitos provocados pela segregação.

Isso porque, parto da premissa, proposta por Marques, de que *a construção pelo Estado de grandes conjuntos habitacionais socialmente homogêneos em áreas periféricas aumentaria a segregação social no espaço* (MARQUES, 2005, p.47), assim, considero que, o programa “Morar Feliz” produz esses novos espaços urbanos, que, direta ou indiretamente, favorece os processos da segregação como um “efeito perverso” da política. Em termos conceituais, defino como segregação os processos que produzem separação e concentração de grupos sociais, assim como produzem e

reproduzem desigualdades sociais no espaço (MARQUES, op.cit., p.31), ou seja, adoto a acepção de que a segregação significa tanto isolamento e apartação social quanto desigualdades de acesso aos equipamentos e serviços urbanos para diferentes segmentos sociais, dentre eles, os serviços e equipamentos de prevenção à violência e promoção da segurança pública.

Ferramentas analíticas: a segurança pública como foco de análise

Uma das definições que o conceito de segurança pública encerra é o de ser uma *atividade que cabe aos órgãos estatais e à comunidade como um todo e tem por finalidade a proteção da cidadania, por meio da prevenção e do controle de manifestações da criminalidade e violência, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei* (FERNANDES, 2009, p.21). O que na verdade é uma interpretação do art. 144 da constituição de 1988 que a define como um direito social, dispondo que é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Neste contexto, interessa fundamentalmente compreender o papel do poder público municipal, considerando as peculiaridades de suas atribuições, entendendo que, a importância da ação dos municípios na promoção de uma política de segurança pública eficaz, encontra-se no fato de que eles tem a possibilidade de atuar, de forma mais efetiva e qualificada, no controle da violência urbana e da criminalidade violenta dada sua capilaridade e proximidade em relação aos sujeitos.

E, em termos constitucionais, suas competências se inscrevem no âmbito da prevenção devendo priorizar ações que vão desde a criação de espaços urbanos mais seguros, por meio da urbanização, iluminação e ocupação de áreas passíveis de serem utilizadas pela ação marginal, até a implementação de projetos de inclusão de caráter social e políticas de cultura e lazer.

Desse modo, suas ações contrapõem-se claramente ao falido modelo de segurança, que prioriza as ações repressivas e o combate aberto ao crime, desconsiderando as complexidades que o fenômeno da violência envolve.

Por isso, assim como Soares (2005), considero que:

o governo municipal deve inaugurar uma nova abordagem da problemática da segurança pública, sensível à sua complexidade multissetorial. Simultaneamente, deve constituir, na prática um novo sujeito de gestão pública, plural, interdisciplinar e multissetorial, compatível, portanto, com a pluridimensionalidade do desafio que enfrenta. (...) deve tecer uma nova aliança com a sociedade, dotada de flexibilidade e radicação capilar, aberta e pluralista, funcional e eficaz para o processo de construção da paz (SOARES, 2005, p. 44).

O fato dos municípios não atuarem de forma ostensiva no âmbito da segurança pública, - já que essa é a atribuição da polícia, e, estas últimas são instituições do Estado -, diferentemente do que se compreende pelo senso comum, que o vê como limitações impostas à ação municipal, *pode se tornar uma virtude, dado que essa modalidade de intervenção frequentemente é mais consistente, desde que seja qualificada (...), pois, intervenção efetivamente capaz de prevenir a violência e a criminalidade é aquela que visa alterar as condições propiciatórias imediatas, aquelas diretamente ligadas às práticas que se deseja eliminar...* (SOARES, op. cit., p. 32)

Essa afirmação decorre das indicações de vários estudos em segurança pública, como por exemplo, CANO (2006), OLIVEIRA (2009), SENTO-SÉ (2005), SOARES (2006,2009, 2012), que apontam que ações preventivas como educação, cultura e lazer são intervenções necessárias de serem implementadas para a promoção da segurança e prevenção da violência urbana, e neste ponto, tem especial importância a gestão do município. Entretanto, como podemos verificar nas tabelas IV e V, as ações do município de Campos nesta área, estão aquém, pelo menos na percepção dos moradores, do ideal para a constituição de um ambiente salutar e socialmente ordenado.

TABELA IV

MP.6d – Como avalia as áreas de lazer da região?

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Valid	Não existe	428	66,6	66,7
	Existe e não utiliza	57	8,9	75,5
	Bom	35	5,4	81,0
	Regular	40	6,2	87,2
	Ruim	48	7,5	94,7
	NR	9	1,4	96,1
	NA	3	,5	96,6
	NS	22	3,4	100,0
	Total	642	99,8	100,0
Total	643	100,0		

Fonte: A Formação de “Novos Territórios Urbanos” e o Acesso ao Mercado de Trabalho: Efeitos da aquisição habitacional sobre o processo segregação/integração social e espacial em conjuntos habitacionais de interesse social”, 2013.

TABELA V

MP.6m - Como avalia o acesso à cultura na região?

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Valid	Não existe	324	50,4	50,5
	Existe e não utiliza	76	11,8	62,3
	Bom	58	9,0	71,3
	Regular	60	9,3	80,7
	Ruim	39	6,1	86,8
	NR	19	3,0	89,7
	NA	1	,2	89,9

NS	65	10,1	10,1	100,0
Total	642	99,8	100,0	
Total	643	100,0		

Fonte: A Formação de “Novos Territórios Urbanos” e o Acesso ao Mercado de Trabalho: Efeitos da aquisição habitacional sobre o processo segregação/integração social e espacial em conjuntos habitacionais de interesse social”, 2013.

Por essas tabelas verificamos que 50,4% dos entrevistados disseram não disporem de acesso à cultura na região e, dos que afirmaram possuir, somente 9% avaliaram o serviço como bom. Disso podemos inferir que mais da metade da população residente nos territórios onde foram construídos os conjuntos não tem acesso à cultura e lazer, elementos que são tratados pelos especialistas em segurança pública como imprescindíveis em ações de prevenção à violência e redução da criminalidade; além de serem direitos sociais para o pleno exercício da cidadania. Apesar da relevância numérica dessas demandas, as iniciativas do poder público municipal ainda são muito incipientes em relação às questões postas.

Questões essas que, indiscutivelmente, passam pelo âmbito da prevenção e que, evidentemente, devem ser o foco da ação municipal em segurança pública, pois, boas políticas de segurança municipais, implicam, basicamente, entre outros pressupostos, numa nova abordagem da violência, que reconheça a diversidade de níveis da realidade que ela envolve (desde a autoestima, a dinâmica dos afetos, o universo imaginário e de valores e construção identitária até as questões de aprendizado, acesso à escola, ao lazer, ao emprego, além das experiências familiares e comunitárias, crise, estigmatização e rejeição) (Soares, op.cit, p.20).

Por isso, é premente refletir sobre como o Estado e, mais especificamente os municípios, atua na reprodução ou eliminação da segregação socioespacial e na gestão de seus efeitos sociais, tendo em vista que sua intervenção é imprescindível no que se refere a ocupação e apropriação do espaço, por meio da regulação, pois, *é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado* (BOURDIEU, op. cit., pg. 161).

Considerações Finais

Sintetizando as questões que foram discutidas neste ensaio indicamos que a principal hipótese versa sobre o fato de que o assentamento das pessoas nos conjuntos habitacionais do programa “Morar Feliz” proporciona a constituição de “novos territórios urbanos”, que, a despeito da melhoria estrutural dos imóveis, sofrem com os efeitos da segregação socioespacial dentre os quais o aumento da violência urbana.

A retirada e alocação de pessoas nesses espaços provoca em alguma medida o desenraizamento dos indivíduos e o estabelecimento de novas redes, baseados em grande medida numa sociabilidade violenta é um dos padrões constituintes das relações sociais e comunitárias nos conjuntos habitacionais populares, consequência da segregação socioespacial, que é agravada pela ausência de políticas públicas do Estado, especialmente, aquelas ações de prevenção à própria violência urbana.

Por sua vez, o aumento do fenômeno reconhecido como violência urbana, em suas distintas formas de manifestação como um dos efeitos sociais da segregação, decorrente tanto das fragilidades do meio urbano, pela ausência de uma planificação urbana, ou seja, um meio de controle social da ordem urbana (CASTELLS, 1983, p. 357), quanto pelo estabelecimento de relações sociais baseadas em padrões violentos, isto é, por uma sociabilidade violenta (MACHADO, 2004) cuja característica mais essencial é a transformação da força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de coordenação das ações (MACHADO, 2008, p. 41).

É indiscutível as melhorias estruturais para os seus beneficiários que, como dito, habitavam em locais de risco. No entanto, cabe neste momento, aprofundar as análises no sentido de sanar os problemas oriundos do assentamento de um considerável contingente populacional dentre eles o aumento da violência e da sensação de (in)segurança.

Questões latentes ainda permanecem merecendo pesquisas, tais como as questões de gênero ou conflito entre as facções, que demandam estudos específicos e não foram tratadas neste artigo. Entender essas novas relações que são criadas e recriadas, artificialmente ou não, nestes espaços e como o poder público municipal atua na mediação e controle dos conflitos por meio de seus agentes, é um ponto fundamental nessa discussão e que evidentemente abre campo para diversas outras problematizações.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, S.; TIMÓTEO, G.; ARRUDA, Ana Paula S.N. Habitação Social e Segregação Espacial: implicações do programa municipal “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes – RJ. 37º Encontro Anual da ANPOCS. 2013.

BOURDIEU, P. Efeitos de Lugar. 1997. In: A miséria do mundo/ sob direção de Pierre Bourdieu; contribuições de A. Accardo et. al. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. pp. 159 – 166.

CASTELLS, M. A questão urbana. Tradução de Arlene Caetano.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORREA, Roberta de Mello. Diagnóstico e plano municipal de prevenção à violência e a criminalidade do município de Campos dos Goytacazes. Roberta de Mello Correa, Suellen André de Souza, Leonardo de Carvalho Silva. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Viva Rio. 2012.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, Fernanda Matsuda Castro. *Afinal: o que é Segurança Pública?* São Paulo: Global, 2009.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade Violenta: Por Uma Interpretação da Criminalidade Contemporânea no Brasil. In: Sociedade e Estado, vol. 19 nº1, Brasília jan/jun 2004.

_____. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro/ Luiz Antonio Machado (org.) – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. pp.35 – 46.

MAMANI, Hernán A.; **MOTA**, Carla Gisele S. Segregação interna e criminalização: o caso da favela e conjunto habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes/RJ. Libertas, v. 12, n. 2, (2012). Disponível em > <http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/libertas/index>.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. Cap. 1, pp. 19 – 56. In: Marques, E; TORRES, H. São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. 2005.

OLIVEIRA, J. C. P.; PEDLOWSKI, C. A.; ALMEIDA, C. R. Políticas municipais de habitação popular e a produção do espaço urbano em Campos dos Goytacazes /RJ. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. GT 16: A questão urbana, 2009.

OLIVEIRA, Fátima B. (et al.). Desafios da gestão de segurança pública. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SOARES, L.E. Segurança Municipal no Brasil – sugestões para uma agenda mínima. In: Prevenção da violência: o papel das cidades/ org. João Trajano Sento-Sé – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 15-44.